



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/12/2013

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	3 - 5
2.2. DESEMBARGADORES.....	6 - 7
2.3. JUÍZES.....	8 - 11
2.4. PRESIDÊNCIA.....	12 - 13
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	14 - 16
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DECISÕES.....	17
4.2. POSSE.....	18
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	19 - 20

► JUSTIÇA ◀

300 DETENTOS NA RUA

A 1ª Vara de Execuções Penais concedeu a saída temporária de Natal para os internos de presídios

► GERAL 7

▷ SAÍDA DE NATAL

Justiça coloca 300 detentos na rua

SANDRA VIANA

No Maranhão, 300 detentos foram beneficiados com a saída temporária de Natal. A saída ocorreu na última quinta-feira (19), e os presos poderão aproveitar o período de festas natalinas junto aos seus familiares. A saída dos internos foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Carlos Roberto de Paula, com base na Lei de Execuções Penais (Lei Nº 7.210/84). Para o juiz, apesar do momento que vive o sistema prisional do estado, o benefício reforça a ressocialização dos presos devido à chance do convívio em família, além de ser direito adquirido que precisa ser cumprido. Todos devem retornar dia 28, às 18 horas. Ano passado, foram 177 agraciados com o benefício, sendo nove mulheres – 21 não retornaram. Os pedidos de indulto são analisados pela Vara de

Execuções Criminais e Penas Alternativas do Tribunal de Justiça. Em caso de deferimento, a Portaria é enviada às detenções e uma cópia é anexada ao processo do detento. Sendo indeferido fica ainda uma via com o preso. Equipe de oficiais trabalham para agrupar os processos e encaminhá-los ao juiz. O benefício é concedido ao preso do regime semiaberto, que cumpriu 1/6 da pena, não possui faltas graves há pelo menos um ano, não sofreu suspensão e de bom comportamento. Cerca de 40% dos pedidos de saída temporária são deferidos pela Vara de Execuções.

Os pedidos podem ser feitos pela administração penitenciária, advogado e familiares dos presos. O detento tem até sete dias para retornar à detenção. Em caso de descumprimento do prazo exigido para retorno há a penalização de seis meses

sem o benefício. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Maranhão é o estado com maior índice de presos que não retornam na data - 29% do total. A saída temporária é concedida cinco vezes por ano nos períodos de Natal, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Ano-Novo.

O benefício pode levar o preso a conseguir o perdão da pena (indulto), cuja decisão cabe à presidência da República. O indulto de Natal é a liberação antecipada do réu da prisão tendo em vista que este esteja dentro dos requisitos exigidos por Lei de Execuções Penais (LEP). Compete ao Presidente da República conceder tal benefício. Segundo a Constituição, o presidente pode delegar atribuições para concessão do indulto ao Ministro da Justiça, ao Procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.

Júnior Bolinha é recapturado após fugir subornando agente

Acusado de tramar a morte do jornalista Décio Sá, Raimundo Sales Chaves Júnior foi recapturado em operação policial na noite de sábado. Ao fugir de delegacia com ajuda de policial civil e vigilante, *Bolinha* sequestrou um empresário. **Polícia 6**

Júnior Bolinha foge da DRFV, sequestra empresário e é preso

Polícia Civil descobre que criminoso envolvido na morte do jornalista Décio Sá teve fuga facilitada da delegacia onde estava preso, no sábado, para cobrar uma dívida de um empresário, que acabou vítima de um sequestro relâmpago

A Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) realizou, na noite de sábado (21), operação em São Luís para a recaptura de Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, um dos acusados de tramar a morte do jornalista de *O Estado* e blogueiro Décio Sá, em abril do ano passado. De acordo com informações da polícia civil, *Júnior Bolinha*, que estava preso há mais de um ano na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos da capital (DRFV), na Vila Palmeira, planejou fuga da prisão para cobrar dívida no valor de R\$ 180 mil (adquirida pela venda de máquinas pesadas), de um empresário que atua na capital maranhense, identificado apenas por Jonison.

Além de *Júnior Bolinha*, também foram presos o policial civil José Ribamar da Conceição Martins (investigador da DRFV) e acusado de facilitar a fuga de *Júnior Bolinha*, e o vigilante Ednaldo Cruz da Silva (da empresa privada Potencial), que teria recebido, de acordo com a Seic, R\$ 150,00 para que o acusado da morte do jornalista tivesse acesso à parte externa da delegacia.

De acordo com o delegado titular da Seic, Augusto Barros, *Júnior Bolinha* deixou a prisão no sábado (21), por volta das 14h. Um veículo ainda não identificado, com condutor também não identificado foi utilizado para que ele deixasse a DRFV e, em seguida, se deslocasse até a sua casa, no Araçagi. "Em seguida, no início da noite do mesmo dia, por volta das 19h, ele [*Júnior Bolinha*] combinou de se encontrar com o empresário Joni-

son em um posto de gasolina, no Araçagi. *Bolinha* não seria pago naquele momento, apenas acertaria formas de pagamento. Mas, antes desse encontro, a polícia já tinha conhecimento da saída de criminoso da prisão para essa cobrança de dívida. Assim que o encontro começou, efetuamos a sua prisão", disse.

Ao saber que havia sido descoberto, *Júnior Bolinha* [que contava naquele momento com apoio de um veículo Corolla, dourado, de placa não identificada, conduzido por seu irmão, de nome não revelado, acompanhado por um casal, também não identificado] fugiu fazendo o empresário Jonison refém. Ao chegar ao Olho d'Água, nas imediações da rotatória que dá acesso à praia, o empresário, com medo de morrer, pulou do veículo. Minutos depois, foi a vez de *Júnior Bolinha* sair do veículo, sendo preso, em seguida, na Avenida dos Holandeses. Os demais integrantes do Corolla fugiram.

Ao ser preso, *Júnior Bolinha* foi encaminhado ainda na noite de sábado à sede da Seic, no Bairro de Fátima, onde prestou depoimento. Ontem, no fim da manhã, ele, acompanhado do vigilante Ednaldo, também envolvido no caso, foi encaminhado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde ficarão recolhidos. "Confiamos que, nos últimos meses, em Pedrinhas, aumentou a segurança no local. Isso é percebido nas várias tentativas de fugas frustradas, nos últimos meses. Por isso, decidimos manter ele [*Júnior Bolinha*] e o vigilante por lá", disse a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Menezes. Já o policial civil Jo-

sé Ribamar da Conceição Martins (preso horas depois da operação que deteve *Júnior Bolinha*) está detido, de acordo com a Seic, no 6º Batalhão da Polícia Militar, na Cidade Operária.

Júnior Bolinha, além da acusação de envolvimento na morte de Décio Sá, também responderá por corrupção ativa, sequestro e cárcere privado. Já o policial civil e o vigilante responderão por facilitação de fuga e corrupção passiva.

Relembre o caso

Em setembro de 2012, o Ministério Público Estadual (MP) denunciou 12 pessoas pelo assassinato de Décio Sá. Em agosto deste ano, 11 foram pronunciadas a júri popular. Os advogados de defesa dos réus recorreram, mas o juiz Osmar Gomes dos Santos manteve a pronúncia dos acusados dos policiais civis Alcides Nunes da Silva, de 56 anos, e Joel Durans Medeiros, de 59 anos, do capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita, de 38 anos.

Também estão na lista de pronunciados os réus Elker Farias Veloso, de 28 anos; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, de 34 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, conhecido como Balão, de 28 anos, este último ainda foragido, todos apontados como intermediadores da morte do jornalista. Na lista de denunciados do MP, o único que não foi pronunciado a júri foi o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, de 32 anos.



Vigilante Ednaldo e Júnior Bolinha quando chegavam à sede da Seic

Mcis

Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, esteve preso alguns meses, no 8º Distrito Policial (DP) no bairro Liberdade. Devido a denúncias de que estaria recebendo aparelhos celulares e informações sigilosas de seus familiares e advogados, ele foi transferido à DRFV. De acordo com a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Menezes, não havia informações de que esses privilégios estivessem acontecendo na DRFV. "Só recebemos a informação, diante de investigação prévia, dessa dívida que o Júnior Bolinha queria cobrar desse empresário. Fizemos todo o possível para recapturá-lo, privilegiando a segurança do empresário", disse. Questionado se os demais acusados da morte de Décio Sá também estão tendo saídas semelhantes das prisões, o delegado Augusto Barros disse que, até o momento, nada foi descoberto. "Por via das dúvidas, também vamos monitorar os demais envolvidos, até para evitar casos semelhantes", afirmou.

Julgamentos dos réus começam em fevereiro

No dia 19 deste mês, o juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para os dias 3, 4 e 5 de fevereiro de 2014 o julgamento de dois dos 11 acusados de participação no assassinato encomendado do jornalista Décio Sá, de 42 anos, morto a tiros em abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, na capital. Os primeiros a sentar no banco dos réus serão os executores do crime.

Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, pistoleiro paraense que confessou ter assassinado o repórter da editoria de Política de **O Estado**, afirmou em junho deste ano, em depoimento à Justiça, que matou Décio Sá a mando do empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o **Júnior Bolinha**, de 38 anos. Este, por sua vez, apontado como principal intermediador do crime de "pistolagem".

O segundo réu, apontado como executor da morte do jornalista, é o bacabalense Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 29 anos. Foi ele quem pilotou a moto Honda Fan 150 vermelha (NNH-7680) para que o matador che-

gasse ao bar e restaurante Estrela do Mar, na orla da capital, executasse a vítima dentro do estabelecimento e fugisse em seguida do local.

Marcos Bruno de Oliveira e Jhonatan de Sousa Silva, portanto, serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. O matador de aluguel foi preso 43 dias após o crime, flagrado em uma chácara, no bairro Miritiúia, no município de São José de Ribamar. Na ocasião, o jovem pistoleiro estava em companhia de um primo, e portava arma de fogo e drogas.

Já o réu apontado como piloto de fuga ao assassino foi preso sete meses depois do crime, identificado em meio a uma quadrilha de hackers, desarticulada por policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), em novembro de 2012, no bairro Cohafuma. Em depoimento à Justiça, o réu negou a acusação, e afirmou não reconhecer sua assinatura nas oitivas da polícia judiciária.

Liceu Maranhense comemora 175 anos de fundação com homenagens

Fundado em 1838, o centro de ensino celebrou aniversário de fundação homenageando com o Troféu Mérito Liceísta autoridades políticas e personalidades 'ex-liceístas'; atualmente, tem 2.400 alunos matriculados nos três turnos de ensino

O Centro de Ensino Liceu Maranhense comemorou 175 anos de fundação na tarde de ontem com apresentações culturais e uma solenidade no Teatro da Cidade de São Luís, na Rua do Egito. A solenidade reuniu autoridades políticas e personalidades 'ex-liceístas' que foram homenageadas com o Troféu Mérito Liceísta. O secretário estadual de Educação, Pedro Fernandes, destacou que o Liceu é a mostra da evolução do ensino público maranhense.

Deurivan Sampaio, diretor-geral do Liceu Maranhense, destacou que a escola tem a missão histórica e educacional de crença na vida e na capacidade do homem compreender a realidade e nela atuar, tornando-se melhor e contribuindo para a qualidade de vida de toda a sociedade. "O Liceu é reconhecido pelo seu padrão na qualidade do ensino e nosso grande desafio é manter este padrão e continuar sendo referência no ensino público do estado", afirmou.

A cerimônia foi aberta com a apresentação do Hino do Liceu Maranhense, que foi cantado em coro pelos alunos, professores e demais funcionários da escola. Em seguida, aconteceram as apresentações do Coral da Escola de Música Lilah Lisboa, do grupo Cara de Arte e de uma banda formada por quatro alunos da escola, que apresentaram a canção *We Are The World*.

Após as apresentações culturais, teve início a entrega do Troféu Mérito Liceísta, um reconhecimento a ex-alunos da escola e



Coral se apresenta na celebração de 175 anos de fundação do Centro de Ensino Liceu Maranhense

outras personalidades que contribuíram para a melhoria do ensino no estado. O secretário Pedro Fernandes foi o primeiro a receber a homenagem. "O Liceu foi a primeira escola pública do estado e durante muito tempo abrigou 100% dos alunos da rede pública. Hoje, ela representa apenas 1% do nosso total de alunos. Isto mostra o quanto evoluímos ao longo destes 175 anos, ampliando nossa rede e garantindo a qualidade da educação", destacou.

Homenagens - A promotora Selma Regina Souza Martins, titular da 16ª Promotoria Especializada de Defesa da Mulher de São Luís, também recebeu o troféu. "Há dois anos nós desenvolvemos, em parceria com a Promotoria de Educação, a campanha institucional Maria da Penha em Ação, um projeto para a formação cidadã nas escolas da rede pública, e este ano o Liceu ficou em primeiro lugar no concurso de redação, por isso fico orgulhosa por receber a homenagem", afirmou a promotora.

Entre os ex-liceístas quem recebeu o prêmio foi a professora e poetisa Arlete Nogueira da Cruz. Ela estudou no Liceu Maranhense na década de 1950 e ficou emocionada com a homenagem. "Eu tenho muito orgulho de ter feito parte desta escola, que sempre primou pela qualidade no ensino, por isso estou emocionada com este reconhecimento", declarou.

A secretária adjunta de Educação, Luzinete Pereira da Silva, informou que o Liceu não é referência no ensino público do estado apenas por causa da sua importância histórica, mas principalmente pelos bons resultados que vem obtendo. "O Liceu é uma escola que se estabeleceu pela tradição, mas também é a escola pública que mais aprova alunos no Enem. Isso demonstra o comprometimento de toda a equipe em formar alunos com qualidade", disse.

Com 175 anos de história, o Liceu Maranhense foi responsável pela formação de nomes de destaque na política, cultura e intelectualidade maranhense, como

o senador e ex-presidente da República, José Sarney; a governadora do estado, Roseana Sarney; a cantora Alcione; o atual ministro do Turismo, Gastão Vieira; o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Milson Coutinho, além de muitos outros nomes.

Hoje, o Liceu Maranhense tem 2.400 alunos matriculados nos três turnos de ensino e conta com um corpo docente formado por 212 professores. A estrutura física da escola é formada por 20 salas de aula, além de laboratórios de informática, matemática, química e física.

História

O **Liceu Maranhense** foi fundado em 1838 a partir da fundação do Seminário Diocesano de Santo Antonio por influência de D. Marcos Antonio de Souza, sendo o primeiro colégio público de ensino secundário no Maranhão. Historicamente, é considerado por muitos historiadores como a segunda escola pública de ensino médio do Brasil. A primeira é o Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro.

Inicialmente, o Liceu teve seu funcionamento no pavimento térreo do antigo Convento do Carmo, mudando-se depois para sede própria na Rua Formosa (Afonso Pena), 174, esquina com Rua Direita (Rua Henrique Leal). Teve como primeiro diretor o professor, jornalista e poeta Francisco Sotero dos Reis. Depois, em 1941, ganhou sede definitiva, permanecendo até o momento atual no Parque Urbano Santos, onde até então funcionou o 5º Batalhão de Infantaria do Exército.



Secretário Pedro Fernandes recebeu troféu de Deurivan Sampaio

Denúncia de assédio de prefeito contra juíza gera crise em partidos

Política 2

Denúncia de assédio abre crise entre comunistas e socialistas no Maranhão

Secretário Geraldo Castro, homem de confiança de Flávio Dino, classificou prefeito Ribamar Alves de criminoso; socialista é um dos principais nomes do PSB no estado

A denúncia da juíza Larissa Tupinambá Castro, de assédio sexual supostamente cometido pelo prefeito de Santa Inês, Ribamar Alves (PSB), e repudiado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), abriu nova crise entre membros do PCdoB e do PSB, dois dos principais partidos de oposição.

Larissa Castro é esposa do secretário de Educação de São Luís, Geraldo Castro (PCdoB), que atuou como tesoureiro da campanha de Flávio Dino (PCdoB) na eleição de 2010.

O secretário reagiu forte em nota pública ao socialista, a quem classificou de "elemento sem condições morais e psicológicas" para ocupar o cargo de prefeito de um dos municípios mais importantes do estado; e deu clara demonstração de que dificilmente aceitará dividir palanque com Alves em 2014.

"A indignação que tomou conta de todos e todas ao tomarem ciência da atitude sórdida, covarde, absurda e injustificável sob qualquer aspecto, expressa bem quanto esse elemento precisa ser processado e responsabilizado pelo seu comportamento criminoso", afirmou o comunista.

Geraldo disse estar revoltado com o caso e explicou que agora reúne forças com a sua esposa e família para superar a situação e restaurar a paz em seu lar. "O fato de o criminoso ser prefeito só agrava e torna mais importante o julgamento dessa figura [...] repito sem medo, a justiça será feita", completou.

Reação - O duro posicionamento de Geraldo Castro, que é um dos principais homens de confiança de Flávio Dino, indicado por ele para o governo do prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PTC), provocou reação imediata de Ribamar Alves, um dos nomes de maior força do PSB no Maranhão. Alves negou, em nota de esclarecimento, ter cometido crime de assédio sexual e chegou a pôr em dúvida a conduta da esposa de Castro.

"Lamento profundamente a conduta imprudente e equivocada da dra. Larissa Tupinambá que, de forma irrefletida, me acusa de assédio sexual, no intuito



Arquivo



Divulgação/Paulo Carus



Ribamar Alves reagiu à acusação de feita por Larissa Castro; Geraldo Castro chamou prefeito de criminoso

PSB conversa com Eliziane Gama

Se por um lado há uma crise entre o PSB e o PCdoB provocada pela denúncia de suposto assédio sexual do prefeito Ribamar Alves (PSB) contra a juíza Larissa Tupinambá Castro, esposa do secretário municipal de Educação de São Luís, Geraldo Castro, por outro, há permanente negociação do Partido Socialista Brasileiro com a deputada estadual e pré-candidata ao Governo do Estado, Eliziane Gama (PPS).

Somente nos últimos 15 dias, Eliziane Gama se reuniu duas vezes com o presidente nacional do PSB e pré-candidato à Presidência da Re-

pública, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Gama aguarda apenas a definição, no plano nacional, de uma possível aliança do PPS com o PSB para a eleição de 2014. Na semana passada, o presidente nacional do PPS, Roberto Freire, afirmou que é grande a possibilidade de aliança das legendas, o que deixou confiante a popular-socialista. "O PPS continua conversando com os partidos do campo da oposição e sabe da importância política do PSB para o país", afirmou.

No mês passado, Eliziane foi a única maranhense convidada pelo

PSB para participar de um seminário nacional do partido realizado em São Paulo. Em seguida, ela foi convidada por Campos para conhecer o modelo de gestão implantado em Pernambuco e também convidada para discutir aliança política no Maranhão.

Gama já ofereceu palanque para Eduardo Campos em 2014. Ela conta com a simpatia do socialista e com o apoio de Marina Silva, que desembarcou em São Luís durante campanha eleitoral de 2012. A pré-candidata, no entanto, ainda não tem a garantia de que fechará aliança com o PSB.

de dissimular outra situação, não levando em consideração sequer a integridade da sua família, assim como a integridade da minha, razão pela qual me sinto na obrigação de vir a público desmentir o episódio e ao mesmo tempo me desculpar por ter que tratar publicamente de assunto tão impróprio", afirmou.

Alves disse sempre ter tratado a juíza com respeito e cordialidade e ameaçou contar a verdade dos fatos, caso ela não esclareça o assunto. "Espero sinceramente que a magistrada Larissa Tupinambá tenha coragem de vir a público para esclarecer este assunto, informando qual a verdadeira razão que a levou a me envolver neste lamentável episódio,

que diretamente não me diz respeito, conforme oportunamente poderá ser comprovado por pessoas e documentos, para que eu próprio não seja obrigado a fazê-lo em defesa do meu nome e da minha honra", completou. Alves assegurou que não deixará de se defender, mesmo que tenha de recorrer a ação judicial ou ao Conselho Nacional de Justiça.

A denúncia ganhou contornos políticos justamente pelo fato de Castro ser um dos nomes fortes da pré-campanha de Dino ao Governo do Estado. Já havia um estreitamento entre os dois partidos, justamente porque Alves não quer o PSB sob a tutela do comunista. Agora, com relações totalmente cortadas e forte

Mais

O caso do suposto assédio sexual cometido pelo prefeito Ribamar Alves contra a juíza Larissa Tupinambá Castro está sob a investigação do delegado Regional de Santa Inês, Valter Costa. A denúncia também está sendo acompanhada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que já assegurou apoio jurídico à juíza.

influência política de ambos sob seus partidos políticos, Geraldo Castro e Ribamar Alves deverão trabalhar pelo afastamento das legendas.

Encrenca

A juíza Larissa Tubinambá, de Santa Inês, poderá se tornar o primeiro problema da nova corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney.

Fonte da coluna informou que o prefeito de Santa Inês, Ribamar Alves, a quem acusa de assédio sexual, poderá denunciá-la à Corregedoria Geral de Justiça, por calúnia e difamação.

Alves garante que a acusação não tem lastro e que existiria uma história cabeluda por trás dela.

Pelas beiradas

Quem deve ganhar a polêmica entre o secretário de Educação do município Geraldo Castro (PCdoB), a juíza Larissa Tupinambá e o prefeito de Santa Inês, Ribamar Alves (PSB), é a deputada estadual Eliziane Gama (PPS).

Explica-se: ela negocia apoio do PSB à sua pré-candidatura ao Governo do Estado.

E já esteve em pelo menos três oportunidades com Eduardo Campos (PSB).

Não vai

A aliados, o secretário Geraldo Castro já assegura que não dividirá palanque eleitoral com Ribamar Alves no próximo ano.

Alves também quer o afastamento de Castro, que o acusa de ter assediado sexualmente a sua mulher, Larissa Tupinambá.

Gama assiste a tudo em silêncio e calculando seus próximos passos em relação ao PSB.

A governadora Roseana Sarney e a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Freire, dividiam com o ministro do Turismo, Gastão Vieira, as atenções no Gala de Dezembro.

Não para

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, não vai ficar de braços cruzados durante o recesso do Poder Judiciário.

Tem programadas reuniões para os dias que restam de dezembro e os primeiros de janeiro.

Seu propósito, segundo uma fonte próxima a ela, é deixar a equipe e a máquina azeitadas para o dia 20 de janeiro, quando a Justiça voltará a funcionar normalmente.


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUÍS
JUÍZO DA 11ª VARA CÍVEL
FÓRUM DES. SARNEY COSTA, AV. CARLOS CUNHA, S/Nº, CALHAU

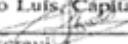
EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo do Edital: 15 Dias)

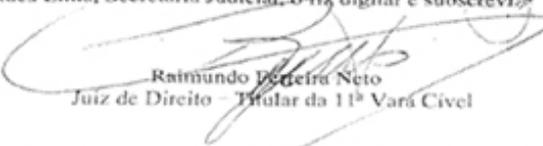
Expediente nº 927212
Proc. nº 25374-11.2013.8.10.0001 (277862013)
AÇÃO MONITÓRIA
Autor: SO FILTROS LTDA
Réu: M D DA SILVA FEITOSA ME

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RAIMUNDO FERREIRA NETO, JUIZ TITULAR DA 11ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FINALIDADE: Citar e Intimar o réu J DOS SANTOS SILVA ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.680.278/0001-73, para efetuar o pagamento, no prazo de 15(quinze) dias, ficando, assim, isento do pagamento das custas e honorários advocatícios. Se nesse prazo o réu oferecer embargos, fica suspensa a eficácia do mandado inicial. Não sendo opostos embargos ou sendo estes rejeitados, fica constituído, de pleno direito, o título como executivo judicial e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, do Código de Processo Civil, tudo na forma dos despachos de fls. 26 e 36, proferidos pelo MM. Juiz de Direito desta 11ª Vara Cível, Dr. Raimundo Ferreira Neto nos dias 26/06/2013 e 23/08/2013, respectivamente.

Cientificando o réu que esta Secretaria e Juízo funcionam na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís- Ma. FÓRUM DES. SARNEY COSTA, CEP: 65.076-820, 6º andar, Fone (098) 3194 5648.

Dado e passado o presente edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e fixado na sede deste Juízo, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 6 (seis) dias de novembro de 2013. Eu,  Maria da Paixão Ataídes Lima, Secretária Judicial, o fiz digitar e subscrevi.


Raimundo Ferreira Neto
Juiz de Direito - Titular da 11ª Vara Cível


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUÍS
JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo: 15 (quinze) dias

**RAIMUNDO FERREIRA NETO, JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO
ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC...**

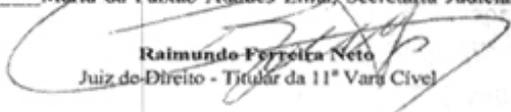
Processo: 25378-48.2013.8.10.0001
Ação Monitória
Autor: Só Filtros LTDA
Advogado: Bruno de Oliveira Pedrosa, OAB/MA 9521
Requerido: J dos Santos Silva ME

FINALIDADE: Citação e Intimação de **J DOS SANTOS SILVA ME** para efetuar o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando, assim, isento do pagamento das custas e honorários advocatícios. Se nesse prazo o réu oferecer embargos, fica suspensa a eficácia do mandado inicial. Não sendo opostos embargos ou sendo estes rejeitados, fica constituído, de pleno direito, o título como executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma do Livre I, Título VIII, Capítulo X, do Código de Processo Civil.

ADVERTÊNCIA: O presente edital será publicado uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Des. Samey Costa, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º - Calhau, fone: (98) 3194-5666.

Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de agosto do ano dois mil e treze (2013).
Eu,  Maria da Paixão Ataides Lima, Secretária Judicial, o fiz digitar e subscrever.


Raimundo Ferreira Neto
Juiz de Direito - Titular da 11ª Vara Cível



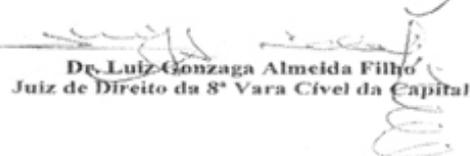
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep: 65076-820 - São Luís - Ma
Fone: 3194-5493
Internet: www.tjma.jus.br

**EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, *et coetera*

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO** **MOTORTECH TUNE**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrado no CNPJ sob o nº. 06.400.907/0001-24, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da **AÇÃO MONITÓRIA** em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 6392-22.2008.8.10.0001, que lhe move **SÓ FILTROS LTDA**. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos 25 de outubro de 2013. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, Secretária Judicial, mandei digitar e assino, juntamente com o MMJ Juiz de Direito.

São Luís (MA), 25 de outubro de 2013.


Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

Indignação

- A população do Maranhão tem o pior acesso à justiça do país, segundo estudo elaborado pelo Ministério da Justiça em parceria com a UnB.
- O estudo foi divulgado semana passada, pouco tempo depois das alardeadas comemorações pelo transcurso dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão. O que faltou para o povo em justiça sobrou em outdoors, anúncios, placas comemorativas e medalhas nas TVs e nos jornais...
- Palavras do presidente do Tribunal de Justiça na ocasião: "...deparei-me sobre minha mesa com o folder comemorativo para marcar essa data e constatei que ali já estava o melhor resumo e a melhor expressão do que fizemos ao longo desse bicentenário que comemoramos nesta solenidade: Dois séculos fazendo Justiça."
- O Defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, engrossa o caldo afirmando que existe, sim, "uma gravíssima deficiência de acesso à Justiça no Estado".

Autoridades, convidados e familiares participaram na última sexta-feira (20), no auditório do Fórum de São Luís, da solenidade de posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão, no biênio 2014-2015. A desembargadora Cleonice Freire tomou posse no cargo de presidente do TJMA, as desembargadoras Anildes Cruz, vice-presidente e Nelma Sarney, corregedora-geral da Justiça. Pela primeira vez, a Corte é comandada por três mulheres. VEJA NO PROGRAMA SOCIAL NA DIFUSORA DESTE SÁBADO, DIA 28, A PARTIR DAS 9H.



As desembargadoras Anildes Cruz, Cleonice Freire e Nelma Sarney tomaram posse nos cargos de vice-presidente, presidente do TJMA e corregedora-geral da Justiça, respectivamente



O presidente da OAB-MA, Mário Macieira; a procuradora-geral de justiça em exercício, Terezinha Guerreiro; o senador João Alberto de Sousa; o chefe da Casa Civil do Governo, João Abreu, representando a governadora Roseana Sarney; a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo; o presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Luiz Carlos Gomes dos Santos; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Edmar Cutrim e o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda, participaram da mesa durante a solenidade



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 77/2013
Processo n.º 40.732/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO**, tendo por critério o menor valor unitário do serviço de agenciamento de viagens, para **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, por intermédio de agência de viagens, destinadas à utilização por membros, servidores, colaboradores eventuais e demais pessoas autorizadas, no regular cumprimento da missão institucional do Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, no dia **09/01/2014, às 10:30 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 19 de dezembro de 2014.
THIEGO CHUNG DE FARIAS
Pregoeiro TJ/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 41238-60.2011.8.10.0001
DENOMINAÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Execução |
Execução de Título Extrajudicial
DATA DO AJUIZAMENTO: 05/09/2011 08:48:15
PARTE REQUERENTE: BRASQUIMICA PRODUTOS ASFALTICOS LTDA
PARTE REQUERIDA: ENGEPAV ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juiz(a) de Direito
da 5ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **ENGEPAV ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento voluntário do valor de R\$ 391.768,32 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) devidamente atualizado monetariamente, sob pena de penhora em bens de sua propriedade, nos termos do art. 652, e respectivos parágrafos, do Código de Processo Civil, sob pena de presunção de veracidade dos fatos. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito. Defiro o pleito de fls. retro, proceda-se a citação por edital, na forma do art. 232 do CPC. Cumpra-se. São Luís 25 de março de 2013. Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho, Juiz de Direito respondendo pela 5ª Vara Cível. O que se **CUMPR**A nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

DRª. ALICE DE SOUSA ROCHA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível